



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
MBA em Gestão tributária contábil

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso.....	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	4
7. Competências e Habilidades do Curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório.....	8
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo Programático.....	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em gestão tributária contábil

Área de Avaliação (CAPES): ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

Grande Área (CAPES): 60000007 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Área do Conhecimento (CAPES): 60200006 ADMINISTRAÇÃO

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

Egressos de cursos voltados para gestão, economia, ciências contábeis e outras habilitações que atuam em áreas relacionadas a gestão tributária dentro das organizações do setor privado.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

Frente a complexidade legislativa com relação aos tributos (impostos, taxas e contribuições) aplicados à realidade empresarial no Brasil, a gestão tributária contábil não somente permite ganhos de competitividade ao diminuir licitamente a carga tributária de empresas, como também busca mitigar riscos de penalizações e multas por negligência da lei.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Capacitar gestores, analistas e outros profissionais que atuam na gestão tributária empresarial, bem como no planejamento tributário, estimulando a tomada de decisão mais assertiva e eficaz neste domínio.

6.2. Objetivos Específicos

- Compreender as normas envolvidas na gestão tributária que regem o sistema dos 3 entes tributantes, a saber: União, Estados e Municípios;
- Entender as mudanças relacionadas ao contexto nacional no tocante a tributação voltada para organizações do setor privado;
- Estimular o acompanhamento constante das mudanças em leis, decretos, instruções normativas, atos, etc., tornando a atuação profissional mais autônoma;
- Conscientizar acerca da importância das obrigações acessórias que devem ser cumpridas junto ao fisco.

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

Atuar na gestão tributária empresarial e no planejamento tributário de maneira eficaz, reduzindo desperdícios de recursos com tributos que poderiam ser eliminados das obrigações junto ao fisco e, com isso, aumentando a competitividade da empresa com relação aos demais *players* do mercado.

Habilidades

- Analisar o contexto nacional e internacional relacionado a tributos;
- Ser capaz de analisar diferentes demonstrações contábeis para finalidade de obrigações acessórias junto ao fisco;
- Conhecer aspectos do direito tributário;
- Entender as diferentes facetas da gestão tributária no contexto empresarial.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social. O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Contabilidade Gerencial	0h	40h	40h
Princípios e pronunciamentos contábeis	0h	40h	40h
Análise das demonstrações contábeis	0h	40h	40h
Contabilidade tributária	0h	40h	40h
Gerenciamento e planejamento tributário	0h	40h	40h
Contabilidade societária	0h	40h	40h
Simplex nacional e auditoria fiscal	0h	40h	40h
Tributação sobre o consumo e o lucro	0h	40h	40h
PIS, Cofins e impostos do comércio exterior	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Contabilidade Gerencial

Ementa: conhecimento da Contabilidade Gerencial como instrumento para produção de informação relevante para o processo decisório das empresas e instituições. Conexões entre Contabilidade Gerencial, Contabilidade Financeira ou Societária e Contabilidade de Custos. Discernimento sobre o emprego, na Contabilidade Gerencial, dos métodos de custeio, Custeio por Absorção, Custeio Variável e Custeio ABC *Activity Based Costing*. Estudo do Custeio-Alvo ou *Target Costing*. Interação entre Planejamento Estratégico, função financeira de Controladoria e Contabilidade Gerencial.

Objetivos: desenvolver com os educandos os estudos de Contabilidade Gerencial. Desenvolver a compreensão e consciência dos educandos quanto ao papel organizacional do gestor empresarial, em particular o de Contabilidade e de Finanças. Buscar conexão entre os conceitos estudados e a realidade prática das empresas e demais instituições.

Competências e Habilidades:

- Conhecimentos de Contabilidade Gerencial e suas conexões com as áreas de Ciências Sociais Aplicadas.
- Habilidade de discernir e interpretar fatos, perceber tendências, exercer julgamentos e tomar decisões que orientem as empresas e as instituições para a eficácia.
- Habilidade de utilizar os conhecimentos de Contabilidade Gerencial na identificação, análise e solução de problemas das organizações.

Conteúdo Programático 1: Definição de Contabilidade Gerencial. Contabilidade Financeira ou Societária, Contabilidade de Custos e conexões com a Contabilidade Gerencial. Sistema de Informações Gerenciais. Ação estratégica da Contabilidade Gerencial. Processo decisório e seus desafios.

Conteúdo Programático 2: *Balanced Scorecard* BSC e Gestão Estratégica e suas conexões com Contabilidade Gerencial. Informação de Custos como insumo da Contabilidade Gerencial. Contabilidade Gerencial e métodos de custeio: Custeio por Absorção.

Conteúdo Programático 3: Contabilidade Gerencial e métodos de custeio: Custeio Variável ou Custeio Direto. Análise Custo, Volume, Lucro, Margem de Contribuição.

Conteúdo Programático 4: Contabilidade Gerencial e métodos de custeio: Custeio ABC *Activity Based Costing*. Custeio-Alvo ou *Target Costing*. Custo-Padrão e diferença do Custeio-Alvo. Integração entre Planejamento e Controle e o papel da Contabilidade Gerencial.

Bibliografia:

ATKINSON, Anthony A.; KAPLAN, Robert S.; MATSUMURA, Ella Mae; YOUNG, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de Ailton Bomfim Brandão; Revisão técnica de Rubens Famá. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial**. Teoria e Prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FREZATTI, FÁBIO. **Orçamento Empresarial**: planejamento e controle gerencial. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de Christiane de Brito; Revisão técnica de Luciane Reginato. 14. ed. McGraw-Hill; Bookman. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**: instrumentos de análise, gerência e decisão. Atualização de Ricardo Pereira Rios. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.; LAMB, Roberto. **Fundamentos de Administração Financeira**. Tradução de Leonardo Zilio e Rafaela Guimarães Barbosa. 9. ed. McGraw-Hill; Bookman. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2013.

Disciplina: Princípios e pronunciamentos contábeis

Ementa: Aborda o histórico resumido da Contabilidade. Reflete sobre informação contábil e processo decisório das empresas e dos agentes econômicos. Estuda o Postulado Contábil da Entidade e o Postulado da Continuidade. Estuda os Princípios Contábeis do Custo Original como Base de Valor; da Competência, com a realização da Receita e a confrontação com as Despesas; e do Denominador Comum Monetário. Estuda as Convenções Contábeis da Objetividade; da Relevância ou Materialidade; do Conservadorismo ou Prudência; e da Consistência ou Uniformidade. Oferece conhecimentos sobre Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade. Descreve o funcionamento do CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Estuda a Estrutura Conceitual da Contabilidade preceituada pelo Pronunciamento Contábil CPC 00, normatizado por NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, de 21/11/2019; e Deliberação CVM 835, de 10/12/2019. Examina alguns exemplos de pronunciamentos contábeis, envolvendo pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC.

Competências e Habilidades:

- Conhecimento do histórico resumido da Contabilidade e de como a informação contábil é útil e relevante para o processo decisório dos agentes econômicos e das empresas.
- Conhecimentos dos postulados, princípios e convenções contábeis e de como eles contribuem para a estruturação da informação contábil.

- Conhecimento dos padrões e normas internacionais de Contabilidade e de como esses se estruturam no Brasil na forma de pronunciamentos contábeis produzidos pelo CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- Habilidade de discernir e interpretar fatos, perceber tendências, exercer julgamentos e tomar decisões, ao conhecer os fundamentos da Contabilidade.
- Habilidade de utilizar os conhecimentos de Postulados, Princípios, Convenções e Pronunciamentos Contábeis para a otimização do processo decisório econômico e financeiro.

Conteúdo Programático 1: Histórico resumido da Contabilidade. Informação contábil e processo decisório das empresas e dos agentes econômicos. Postulados Contábeis da Entidade; e da Continuidade.

Conteúdo Programático 2: Princípios Contábeis do Custo Original como Base de Valor; da Competência, abrangendo a Realização da Receita e a Confrontação com as Despesas; do Denominador Comum Monetário. Convenções Contábeis da Objetividade; da Relevância ou Materialidade; do Conservadorismo ou Prudência; da Consistência ou Uniformidade.

Conteúdo Programático 3: Padrões e Normas Internacionais de Contabilidade. CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Estrutura Conceitual da Contabilidade preceituada pelo Pronunciamento Contábil CPC 00, normatizado por NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, de 21/11/2019; e pela Deliberação CVM 835, de 10/12/2019.

Conteúdo Programático 4: Exemplos de pronunciamentos contábeis. Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Orientação OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Teoria da Contabilidade em IFRS e CPC**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 1ª edição, 14ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. Colaboração de Ricardo Pereira Rios. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia complementar:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de Contabilidade Societária**. Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.

NIYAMA, Jorge Katsumi, SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.

Disciplina: Análise das demonstrações contábeis

Ementa: Esta disciplina faz parte do universo da Contabilidade Gerencial, seus conceitos não possuem normas, nem nacionais nem internacionais, que regulamentem as nomenclaturas, conceitos e cálculos. É claro que os cálculos, as análises e conclusões realizadas através de índices e indicadores, são feitos a partir das demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas de acordo com as normas nacionais (NBC TG) e internacionais (IFRS). Tudo que será apresentado nesta disciplina, emana de conceitos, princípios e práticas amplamente aceitas tanto no Brasil, como nos principais mercados, esses conceitos estão presentes nas obras dos principais autores citados na bibliografia.

Competências e habilidades: a Análise das Demonstrações Contábeis visa dar subsídio teórico e prático para que um usuário das informações contidas nos demonstrativos, possa chegar às suas próprias conclusões a respeito da situação econômico-financeira de uma entidade e decidir sobre aplicar recursos, emprestar recursos, comprar, vender ou mesmo trabalhar na entidade analisada,

além de outros aspectos que podem motivar a necessidade de análise de demonstrações.

Objetivo: Os objetivos desta disciplina estão diretamente relacionados com os enfoques de interesse, principalmente de usuários externos da informação contábil, são os investidores minoritários, financiadores, fornecedores e prestadores de serviços em geral que dependem da informação contábil de boa qualidade para tomarem suas decisões a respeito da entidade.

Conteúdo Programático 1: Conceitos relacionados com a análise das demonstrações contábeis e financeiras e índices liquidez.

Conteúdo Programático 2: Índices de Liquidez, Índices de rotação, rentabilidade e endividamento

Conteúdo Programático 3: Grau de alavancagem financeira e operacional e indicadores IBIT, EBITDA, NOPAT, EVA e Fórmula DUPONT

Conteúdo Programático 4: Análise e necessidade do capital de giro e a dinâmica financeira das empresas utilizando o Modelo Fleuriet.

Bibliografia:

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, Josedilton Alves; MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis** - Uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis** - Contabilidade empresarial. 7. ed. 2012. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Contabilidade tributária

Ementa: Sistema Jurídico Tributário. Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização. Fenômenos tributários. Impactos no Patrimônio e nos Resultados. Planejamento Tributário.

Competências e Habilidades:

- Analisar a influência da legislação tributária na interpretação dos fatos patrimoniais, bem como os impactos tributários no patrimônio e nos resultados;
- Identificar as operações de uma empresa e os fatos integrantes do campo de incidência tributária.

Conteúdo Programático 1: Contabilidade e Tributação. O Sistema Jurídico Tributário.

Conteúdo Programático 2: Os Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização.

Conteúdo Programático 3: Fenômenos Tributários e os Impactos no Patrimônio e nos Resultados.

Conteúdo Programático 4: Planejamento Tributário.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta de. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados da empresa. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

NAZÁRIO, N. da S.; MENDES, P. C. de M.; AQUINO, D. R. B. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil** - v. 4, n. 3, p. 64 – 81, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JÚNIOR, José Hernandes Perez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária** – Textos e Teses com as Respostas. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, M. A. C. **Contabilidade tributária**: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUSA, Edmilson de. **Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Gerenciamento e planejamento tributário

Ementa: Nesta disciplina, o aluno deve utilizar todos os conhecimentos adquiridos ao longo do programa, somados as bases conceituais do Planejamento Tributário e sua aplicabilidade no cotidiano das empresas. Haverá distinção entre as formas de planejamento permitidas e reconhecidas pela Lei, comparadas com os atos ilícitos passíveis de punição tributária e até criminal. Demonstraremos decisões administrativas com o atual entendimento do Fisco Federal sobre a matéria, bem como, estudo de casos concretos reconhecidos pelos nossos tribunais, capazes de demonstrar Planejamentos Positivos e Negativos (sonegação fiscal).

Objetivo da Disciplina: apresentar os seguintes tópicos: 1. Conhecimento do sistema tributário nacional, princípios, normas mais importantes e tributos mais onerosos para atividade econômica; 2. Entendimento das infrações e crimes tributários e procedimentos para evitar penalidades. 3. Explorar oportunidades de economia tributária, com incentivos fiscais, planejamento tributário, operações societárias e contencioso tributário.

Competências e Habilidades:

- Capacidade de dedicar-se continuamente ao estudo da legislação, jurisprudência e decisões do executivo tendo em vista dois aspectos: complexidade do sistema tributário e contínua alteração;
- Habilidade em utilizar bases de dados de tribunais judiciais e administrativos, bem como os sistemas fazendários do Poder Executivo: Receita Federal, Secretaria de Fazenda e Secretarias de Finanças;

- Capacidade de lidar com conceitos abstratos e conversão em entregáveis palpáveis como pareceres e procedimentos, demonstrando valor agregado ao cliente final.

Conteúdo Programático 1: Sistema Tributário Nacional, Princípios e tributos mais onerosos.

Conteúdo Programático 2: Infrações, crimes, evasão, sonegação e penalidades.

Conteúdo Programático 3: Elisão, planejamento tributário e operações societárias.

Conteúdo Programático 4: Incentivos fiscais e oportunidades de contencioso tributário.

Bibliografia:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANDRADE, José Fabiano Matos de. **A decadência no Direito Tributário brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3059, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20435>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. **Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Decreto 9580 de 2018 [D9580 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2018/2018009580.htm). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Instrução normativa RFB nº 1.464, de 08 de maio de 2014**. Dispõe sobre o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&i>

dAto=52329#1408739>. (Alterado(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1705, de 13 de abril de 2017) (Alterado(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1829, de 17 de setembro de 2018). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005.** Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica [...]. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.502, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4502.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Lei das Sociedades Anônimas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.021, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8021.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990.** Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.846, de 21 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8846.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 599, de 28 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre os arts. 38, 39 e 40 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativamente ao Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital das pessoas físicas. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15526>. Acesso em julho de 2017. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CAMILOTTI, JOSÉ RENATO. **Direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção OAB Nacional).

CARVALHO, PAULO DE BARROS. **Curso de direito tributário.** 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.

CREPALDI, SILVIO APARECIDO. **Planejamento tributário:** teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas** - Interpretação e Prática. 41. ed. São Paulo: Ir Publicações LTDA, 2016.

Disciplina: Contabilidade societária

Ementa: Conhecimento da Contabilidade Societária ou Financeira, que se ocupa em produzir informação para um usuário normalmente externo à entidade. O usuário da informação contábil a utiliza em seu processo decisório com o propósito de avaliar a posição econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências e projeções sobre as tendências futuras e assim tomar decisões de forma fundamentada. Estudo dos princípios e da estrutura conceitual da Contabilidade. Compreensão sobre as IFRS *International Financial Reporting Standards*. Estudo das demonstrações contábeis e de seus componentes. Entendimento do processo contábil. Escrituração Contábil.

Competências e Habilidades:

- Obter conhecimento de Contabilidade Societária e suas conexões com as áreas de Ciências Sociais Aplicadas;

- Fomentar a habilidade de discernir e interpretar fatos, perceber tendências, exercer julgamentos e tomar decisões, usando a boa prática da Contabilidade, para produzir informação contábil fidedigna, que evidencie a essência econômica das entidades reportadas;
- Nutrir a habilidade de utilizar os conhecimentos de Contabilidade Societária na identificação, análise e solução de problemas das organizações.

Conteúdo Programático 1: Objetivos da Contabilidade. Princípios e Estrutura Conceitual. IFRS *International Financial Reporting Standards*. Demonstrações Contábeis obrigatórias e suas estruturas e características essenciais.

Conteúdo Programático 2: Definições de Posição Financeira e de Posição Econômica. Balanço Patrimonial BP e seus componentes: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Estrutura do Balanço Patrimonial BP. Processo Contábil. Método das Partidas Dobradas.

Conteúdo Programático 3: Demonstração do Resultado do Exercício DRE e seus componentes. Demonstração do Resultado Abrangente DRA e seus componentes. Demonstração dos Fluxos de Caixa DFC e seus componentes.

Conteúdo Programático 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL e seus componentes. Abordagem simplificada da Demonstração do Valor Adicionado DVA. Escrituração Contábil. Livros Contábeis obrigatórios e Livros Contábeis auxiliares. Sistema Público de Escrituração Digital SPED.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Societária**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial. Instrumentos de Análise, Gerência e Decisão**. 18. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Gerlando A. S. F. de; MURCIA, Fernando Dal-Ri; MALACRIDA, Mara Jane C.; PIMENTEL, Renê Coppe. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976, (...) e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal (...) modificando (...) a Lei 6.404/1976 (...) e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm >. Acesso em: 17 dez. 2020.

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis 00 (R2). Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2). **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - *Conceptual Framework***. Disponível em < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> >. Acesso em 17 dez. 2020. Data da divulgação do CPC em 10 dez. 2019.

Disciplina: Simples nacional e auditoria fiscal

Ementa: Nessa disciplina serão abordados ao longo dos estudos as leis e práticas de tributação da Sistemática de Apuração das micro e pequenas

empresas, denominada Simples Nacional. Serão demonstradas as peculiaridades e exceções do Simples Nacional, bem como, os procedimentos de auditoria com ênfase nos controles internos.

A disciplina traz, ainda, questões importantes ligadas à hipótese de incidência, os contribuintes responsáveis, base de cálculo, alíquotas, dentre outras.

Objetivo da Disciplina: Permitir o conhecimento sobre a tributação do Simples Nacional; proporcionar ao aluno o conhecimento sobre aspectos ligados à opção pelo regime simplificado de tributação; entendimento da sistemática de cálculo, cumprimento das obrigações tributárias e as vantagens de adesão ao regime. Além disto, o aluno será capaz de discutir sobre a implantação ou adequação da auditoria fiscal.

Conteúdo Programático 1: Simples Nacional: conceitos e características. Entes públicos responsáveis pelo Simples Nacional

Conteúdo Programático 2: Opção pelo regime simplificado de tributação. Exclusão do regime do Simples Nacional

Conteúdo Programático 3: Vedações à opção pelo Simples Nacional. Peculiaridades e exceções do Simples Nacional.

Conteúdo Programático 4: Apuração do Simples Nacional. Obrigações. Auditoria Fiscal: Conceitos e características.

Bibliografia:

ALMEIDA, Marcelo C. **Auditoria: um moderno curso e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro, São Paulo: 14. ed. Lumen Juris, 2014

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Auditoria de impostos e contribuições**. São Paulo: Atlas, 2009.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. – 6ª ed. – São Paulo: Malheiros, 2019

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de tributos: IPI, ICMS e ISS**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 139, de 10 de dezembro de 2011a**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. Receita Federal – SIMPLES NACIONAL. **O que é o simples nacional?** Disponível em: <<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>. Acesso em julho de 2017.

_____. **Receita Federal. Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94, de 29 de novembro de 2011.** Dispõe sobre as obrigações acessórias relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=anotado>. Acesso em julho de 2017.

_____. **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em julho de 2017.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. Teoria geral do direito: o construtivismo lógico-semântico. 2009. 623 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. – 30. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: linguagem e método – 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário - 28. ed. – São Paulo: Atlas, 2018

DIAS DE SOUZA, Hamilton. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Curso de direito tributário. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene Ramos. **Simples nacional: estatuto nacional das microempresas – ME e das empresas de pequeno porte – EPP.** São Paulo: Atlas, 2013.

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário– 26. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017

META EMPRESARIAL. **CNAE – Atividades ambígua do simples nacional.** 2012. Disponível em: <http://www.metaempresarial.net/wp-content/uploads/2012/11/Atividades-Amb%C3%ADguas.pdf>. Acesso em julho de 2017.

PAULSEN, Leandro Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

REALE, Miguel. Contribuições sociais. In: Aplicações da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1990

SÁ, Antônio L. **Curso de auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998. SANTOS, Cleonimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Manual do simples nacional**. São Paulo: Iob, 2013.

Disciplina: Tributação sobre o consumo e o lucro

Ementa: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Regra matriz de incidência tributária. Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS). Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Regimes de tributação. Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Competências e Habilidades:

- Compreender as diferenças entre tributos diretos e indiretos, bem como a aplicação do IPI na indústria e nos estabelecimentos equiparados.
- Entender quando ocorre a tributação pelo ISS E quais os serviços sujeitos a incidência do imposto.
- Conhecer as características e elementos do ICMS, bem como identificar a sua aplicação com relação na circulação de mercadorias e serviços.
- Identificar a tributação sobre o lucro das pessoas jurídicas, a incidência do IRPJ e CSLL, bem como os regimes de tributação.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conteúdo Programático 2: Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS).

Conteúdo Programático 3: Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Silvio; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131983/pageid/2>. Acesso em 21.9.2021.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 21-27. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011890/pages/recent>. Acesso: 21.9.2021.

SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/30/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/30/2) . Acesso: 21.9.2021.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html]!/4). Acesso: 21.9.2021.

Bibliografia Complementar:

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]!/4/26/8/1:75\[os%20%2C%E2%80%93%20L\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/26/8/1:75[os%20%2C%E2%80%93%20L]). Acesso em 21.9.2021.

MEURER, Alison Martins. Contabilidade tributária. Curitiba: Contentus, 2020, p. 21-27. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186364/pdf/0?code=BDzY18fACY6q3kOT3oJDbHfotD4y3aBVtbCCnGDhxy8GZoFQFMAJfyZ2aLlwL19NxV6MQIF056xeGEedt4jrA==> . Acesso em: 21 set. 2021.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616282/pageid/3>. Acesso: 21.9.2021.

Disciplina: PIS, Cofins e impostos do comércio exterior

Ementa: A Disciplina de PIS, COFINS e Impostos do Comércio Exterior tem como objetivo abordar sobre os principais tributos federais relacionados as Receitas das empresas (PIS e COFINS) e sobre as operações do Comércio Exterior (Imposto de Importação e Exportação). Nesta disciplina, será possível compreender os principais conceitos, as bases de cálculo, alíquotas e problemáticas que envolvem o dia a dia da empresa no momento de apurar e recolher tais tributos.

Competências e Habilidades:

- Apreender o conhecimento legislativo e as suas particularidades;
- Aprender, a partir de exemplos, como calcular e recolher os impostos devidos;
- Entender o conceito de insumo para verificar possibilidades de crédito, melhorando a gestão da empresa.

Conteúdo Programático 1: Conceito e Definição de PIS e COFINS. Objetivo. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Isenções. PIS e COFINS na Importação. Base de Cálculo e Alíquotas. Cálculo e recolhimento cumulativo e não cumulativo.

Conteúdo Programático 2: Quando e como o recolhimento é efetuado. Conceito de Insumo e de Receita Bruta. Creditamento. Substituição Tributária. Alíquota zero e Suspensão. Crédito Presumido.

Conteúdo Programático 3: Conceitos Gerais de Comércio Exterior; Tributação no Comércio Exterior; Imposto de Importação. Declaração Importação.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Exportação; Gerenciamento dos Impostos sobre o Comércio Exterior. Siscomex; Incentivo Fiscal.

Bibliografia básica

FARO, Ricardo Fátima. **Curso de comércio exterior**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FELIX, Gláucia Vieira; HENRIQUE, Márcio Alexandre Ioti. **Direito tributário – direito constitucional tributário**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 29 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio exterior competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

NYEGRAY, João Alfredo Lopes. **Legislação Aduaneira, Comércio Exterior e Negócios Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Pis e Cofins**. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas constitucionais de revisão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto lei n. 1578, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1578.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20imposto%20sobre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6. 759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa SRF n. 28 de 27 de abril de 1994. Disciplina o despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação.

Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&i dAto=13448>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, indústria e comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Portaria n. 23, de 14 de julho de 2011. Dispõe sobre operações de comércio exterior. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311100642.pdf. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Receita Federal. O que é o Simples Nacional?. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

